



A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO: ENTRE A INVISIBILIDADE E O TRATAMENTO ADEQUADO

Jurgen Alves de Souza (UESB)¹
professorjurgen@hotmail.com

RESUMO: O ensino da variação linguística nas aulas de língua portuguesa tem sido orientado, há mais de duas décadas, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e, mais recentemente, pela Base Nacional Comum Curricular, a fim de fomentar o reconhecimento e a valorização da diversidade linguística brasileira entre os estudantes da educação básica, mas ainda hoje encontra alguns entraves para sua implementação, dentre eles a falta de livros didáticos que abordem o assunto adequadamente. Com base nessa realidade, o presente artigo faz uma reflexão crítica acerca do tratamento dado à variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa, a fim de verificar se, ao menos, abordam o assunto e, em caso positivo, se a abordagem é feita adequadamente ou de forma superficial e incoerente. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento, por meio de uma cuidadosa revisão literária, de critérios para analisar se o livro didático está plenamente adequado ao ensino da variação linguística e a realização, amparada nesses critérios, de uma análise contrastiva de dois exemplares do 9º ano do ensino fundamental, um deles utilizado em escola pública e outro utilizado em escola particular. Os resultados da análise mostraram que o livro utilizado na escola pública apresentava uma abordagem muito superficial, enquanto o livro utilizado na escola particular apresentava uma abordagem razoavelmente adequada, permitindo deduzir, de forma mais ampla, que a maioria dos estudantes da educação básica tem acesso a livros didáticos inadequados ou superficiais no que diz respeito à variação linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística. Ensino de língua portuguesa. Livro didático.

RESUMEN: La enseñanza de la variación lingüística en las clases de lengua portuguesa ha sido guiada, durante más de dos décadas, por los Parámetros Curriculares Nacionales y, más recientemente, por la Base Nacional Común Curricular, con el fin de fomentar el reconocimiento y la apreciación de la diversidad lingüística brasileña entre los estudiantes de educación básica, pero aún hoy encuentra algunos obstáculos para su implementación, entre ellos la falta de libros didáticos que aborden el tema adecuadamente. Con base en esta realidad, este artículo hace una reflexión crítica sobre el tratamiento dado a la variación lingüística en los libros didáticos de lengua portuguesa, para verificar si, al menos, abordan el tema y, de ser así, si el enfoque se realiza correctamente o superficialmente e incoherentemente. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron la encuesta, a través de una cuidadosa revisión literaria, de criterios para analizar si el libro didático es totalmente adecuado para la enseñanza de la variación lingüística y la realización, respaldada por estos criterios, de un análisis contrastante de dos copias del noveno año de la escuela primaria, uno usado en una escuela pública y el otro usado en una escuela privada. Los resultados del análisis mostraron que el libro utilizado en la escuela pública presentaba un enfoque muy superficial, mientras que el libro utilizado en la escuela privada presentaba un enfoque razonablemente adecuado, lo que permite deducir, de manera más amplia, que la mayoría de los estudiantes de educación básica tienen acceso a libros didáticos inadecuados o superficiales con respecto a la variación lingüística.

PALABRAS CLAVE: Variación lingüística. Enseñanza de lengua portuguesa. Libro didático.

¹ Professor Adjunto de Língua Portuguesa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras limitou-se à memorização de regras da gramática normativa, muitas delas decalcadas do português europeu, ignorando os muitos processos de variação linguística existentes nos usos reais do português brasileiro ou, o que é ainda pior, considerando as formas variantes que se afastavam do padrão normativo como “erro”. Na última década do século XX, porém, teve início uma grande reforma no sistema educacional brasileiro, culminando na aprovação, em 1996, de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que concebia a língua como instrumento de comunicação social e, por isso mesmo, heterogênea e variável. Com base nesse pressuposto legal, os Parâmetros Curriculares Nacionais, que direcionavam as práticas pedagógicas da educação básica, passaram a orientar, a partir de 1998, que as escolas brasileiras trabalhassem com a variação linguística em sala de aula, a fim de proporcionar ao aluno as condições necessárias para reconhecer as diversas variedades de uso da língua, sendo capaz de adequar seu comportamento linguístico às circunstâncias comunicativas.

Todavia, apesar das novas diretrizes da educação nacional em relação à variação linguística, ainda demorou um pouco para que essas modificações atingissem também o Programa Nacional do Livro Didático, uma espécie de guia que estabelece os critérios para avaliação, compra e distribuição de livros didáticos da educação básica pelo MEC, o qual incluiu, a partir de 2004, o trabalho efetivo com a variação linguística, respeitando e valorizando a diversidade linguística brasileira, como um de seus critérios classificatórios para o livro didático de língua portuguesa. Mesmo assim, a variação linguística parece ter continuado invisibilizada na maioria dos livros didáticos, dificultando sobremaneira sua pretendida inclusão nas aulas de língua portuguesa, o que tem suscitado grande preocupação entre pesquisadores e educadores. Além disso, dos poucos livros didáticos que tratam da variação linguística, boa parte apresenta uma abordagem superficial ou incoerente, sendo raros os que apresentam uma abordagem adequada. Dessa forma, o livro didático, que deveria auxiliar professores e alunos no

processo de ensino-aprendizagem, tem sido, na verdade, um dos entrescos para o ensino adequado da variação linguística nas aulas de língua portuguesa.

Diante dessa realidade, o presente artigo faz uma reflexão crítica acerca do tratamento dado à variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa, tendo sido organizado em três seções. A seção intitulada *O ensino adequado da variação linguística* reflete sobre a necessidade de se incluir a variação linguística nas aulas de língua portuguesa, sobre os responsáveis por tal inclusão e sobre os entraves para as escolas brasileiras proporcionem aos estudantes um ensino verdadeiramente adequado da variação linguística. Por sua vez, a seção intitulada *A variação linguística no livro didático* reflete sobre a dificuldade de se encontrarem livros didáticos adequados ao ensino da variação linguística nas aulas de língua portuguesa, relegando geralmente esse assunto à invisibilidade ou à abordagem superficial. Já a seção intitulada *Análise do livro didático quanto à variação linguística* reflete sobre o tratamento dado à variação linguística em dois livros didáticos de língua portuguesa, ambos do 9º ano do ensino fundamental, realizando uma análise contrastiva a partir de critérios previamente estabelecidos. Além disso, este artigo apresenta uma conclusão que contém a síntese dos resultados obtidos na análise, procurando destacar a diferença da abordagem feita pelos livros didáticos analisados no que se refere à variação linguística e uma projeção mais ampla acerca do grau de acessibilidade dos estudantes da educação básica ao ensino adequado da variação linguística por meio do livro didático.

2. O ENSINO ADEQUADO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A implementação do ensino da variação linguística nas aulas de língua portuguesa é, antes de qualquer coisa, uma atitude reveladora de respeito ao próprio estudante enquanto usuário da língua, propiciando-lhe o desenvolvimento da competência linguística necessária para reconhecer que cada variedade linguística tem o seu lugar e o seu papel no âmbito do processo comunicativo para o qual a língua se presta. Dessa forma, é imprescindível ter em mente que defender a necessidade de se

incluir a variação linguística no universo de sala de aula não significa ser contrário ao ensino da norma-padrão, pois certamente haverá algumas situações do cotidiano em que o domínio do padrão normativo será exigido. Contudo, embora seja importante conhecer a norma-padrão, os estudantes precisam saber que existem outras variedades linguísticas, igualmente legítimas enquanto expressões da língua, que farão parte de seu cotidiano nas muitas situações menos formais.

Vale ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam, desde 1998, que a variação linguística seja trabalhada em sala de aula, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, no intuito de conduzir os estudantes a reconhecer a legitimidade de todas as variedades linguísticas, inclusive as que se afastam da tradição gramatical, a fim de que, ao invés de simplesmente memorizar regras gramaticais, saibam se comunicar nas diversas situações de uso da língua:

O ensino de língua portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho. (BRASIL, 1998, p. 55)

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular aponta, desde 2016, o ensino da variação linguística como um dos objetivos gerais da educação básica (ensino fundamental e médio) no que tange ao componente curricular Língua Portuguesa, evidenciando a necessidade de que os estudantes reflitam acerca das relações de poder que permeiam os usos da língua, seja na modalidade oral ou na modalidade escrita.

Compreender que a variação linguística é um fenômeno que constitui a linguagem, reconhecendo as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem e refletindo sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções. (BRASIL, 2016, p. 98).

Assim, longe de ser uma apologia ao temido “tudo pode”, o ensino da variação linguística em sala de aula envolve, dentre outras coisas, uma reflexão prévia acerca de como o educador deve se comportar diante dos usos linguísticos que fogem ao padrão normativo, procurando observar quais as situações em que os alunos costumam utilizar uma regra não-padrão e quais as situações em que o professor deve chamar sua atenção para a variante-padrão. Enquanto educador e mediador de conhecimentos, o professor precisa direcionar sua atenção às necessidades do aluno, sempre levando em consideração sua realidade social e linguística.

[...] é pedagogicamente incorreto usar a incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo. Ao contrário, uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38).

A sugestão, portanto, é que o professor deixe claro para o aluno a existência de uma norma-padrão, bem como das normas cultas e populares, esclarecendo aos alunos que as heterogeneidades linguísticas são consequência da diversidade social e ensinando-os também a distinguir a diferença entre fala e escrita. Para a efetivação dessa maneira de ensinar língua materna, é preciso estimular o aluno a reconhecer tais diferenças e, assim, contribuir para o seu processo de conscientização, a fim de que o próprio aluno possa adequar sua fala e sua escrita a um determinado contexto comunicativo. É preciso também que o professor respeite os aspectos culturais e psicológicos dos alunos, informando-os sobre as diferenças sociolinguísticas e permitindo-os a variante apropriada aos modos monitorados orais da língua, trabalhando a questão do “erro” linguístico não como uma carência do aluno, mas sim como distinções de duas variedades, afinal, como bem define Bortoni-Ricardo (2004, p. 39), “erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua”.

Por essa ótica, ainda que o professor deva inserir essa discussão acerca da variação linguística na sala de aula por meio de atividades de oralidade e letramento, nem todos os profissionais da educação estão devidamente preparados para lidar com os

momentos em que a fala dos alunos foge à norma-padrão da língua. Mattos e Silva (2004) lembra que, embora insista em abordar apenas as regras da norma-padrão, a escola brasileira não consegue dar conta da transmissão do padrão linguístico preconizado pela tradição normativa, cujo modelo é um português padrão idealizado a partir do português europeu, pois a maioria dos estudantes e muitos professores são provenientes de diversificadas camadas populares brasileiras e, conseqüentemente, portadores de variantes linguísticas que se afastavam da norma padrão que a escola sempre pretendeu – e ainda pretende – treinar e transmitir. Dessa forma, o ensino das regras gramaticais da língua portuguesa feito pelas escolas brasileiras parece, para boa parte dos alunos, quase ensino de língua estrangeira.

Não é à toa, portanto, que o que seria uma oportunidade para mostrar a esses alunos a diversidade linguística existente no Brasil a partir das diferentes formas de uso da língua presentes dentro da própria sala de aula acaba, por vezes, tornando-se uma mera prescrição irrefletida do que é “certo” e do que é “errado”, muito embora os mesmos professores que exigem dos seus alunos uma linguagem que se assemelhe ao padrão normativo tenham, geralmente, um comportamento linguístico que, não raro, também costuma se afastar dos usos recomendados pela tradição gramatical. Nesse sentido, o papel da escola, ao invés de ensinar os estudantes a “falar português”, deveria ser conduzir esses falantes nativos de língua portuguesa ao domínio das normas gramaticais que lhes serão exigidas em contextos mais formais da comunicação social, sem, no entanto, desprezar a funcionalidade comunicativa do vernáculo em situações menos formais. Por isso mesmo, tratar da variação linguística em sala de aula, longe de ser uma apologia ao temido “tudo pode”, envolve, dentre outras coisas, uma reflexão prévia acerca da necessidade de se respeitar/valorizar a diversidade linguística brasileira durante o processo de aprendizado do padrão normativo que a escola tem o dever de ensinar.

Bortoni-Ricardo (2005) destaca, porém, que isso não inviabiliza que o professor trabalhe em sala de aula a necessidade de o aluno adequar sua linguagem ao contexto de mais ou menos formalidade, fazendo com que todos entendam que há situações

comunicativas em que será exigida a variedade padrão da língua, a qual precisa, portanto, ser aprendida, mas também há situações comunicativas em que é perfeitamente possível o uso das variedades não-padrão. Uma forma respeitosa e eficiente de o professor acompanhar esse processo de aprendizado do padrão normativo sem desconsiderar ou inibir a fala dos alunos é, como um usuário da língua mais experiente, dando continuidade à sua contribuição na sala de aula, elaborando-a e ampliando-a através de comentários reflexivos acerca diferenças entre as variantes em questão, permitindo, assim, que se desenvolva a consciência do aluno sobre a variação linguística.

O ensino da variação linguística ainda esbarra, porém, na falta de uma boa política pedagógica nas escolas, uma vez que existe uma carência no que diz respeito à aplicação do método linguístico nos processos pedagógicos da maioria das instituições escolares, havendo por vezes, de acordo com Silva (2004), uma clara recusa em se discutir, com base nos muitos estudos acadêmicos, esse assunto no ambiente escolar. Com isso, insiste-se na disseminação irrefletida do preconceito linguístico que considera a diversidade linguística brasileira como um problema ou, quando muito, aborda-se o assunto de forma superficial e reducionista. Diante dessa realidade, a maioria das escolas brasileiras não costuma se preocupar com a utilização de um livro didático verdadeiramente adequado ao ensino da variação linguística na sala de aula de língua portuguesa, relegando tal temática à invisibilidade ou a uma abordagem incoerente.

3. A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO

Mesmo que os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular reconheçam as variedades linguísticas do português brasileiro como formas legítimas de uso da língua e orientem que o ensino de língua materna contemple, tanto no nível fundamental quanto no nível médio, o conhecimento acerca da diversidade linguística brasileira, a falta de livros didáticos adequados ainda dificulta a inclusão desse assunto na sala de aula de língua portuguesa. Infelizmente não se tem levado em

consideração a recomendação do guia fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático para que a escolha do material inclua as variedades linguísticas do português. Assim, embora sejam ferramentas educacionais que auxiliam na prática do professor em sala de aula e no estudo do aluno individualmente, muitos livros didáticos de língua portuguesa sequer abordam a variação linguística, outros a abordam de forma superficial ou incoerente, e poucos a abordam adequadamente.

Por conta disso, apesar de todos os avanços no ensino de língua materna ao longo dos tempos, ainda não se pode dizer que a variação linguística foi incluída na sala de aula de língua portuguesa. Não é exagero afirmar que parte dessa lacuna se deve ao fato de muitos livros didáticos não mencionarem esse assunto em momento algum, invisibilizando-o para milhões de estudantes da educação básica.

[...] se o LD não tratar da variação linguística em nenhum momento, ele já se revela fora de sintonia com as propostas mais avançadas de educação em língua materna, até mesmo no que diz respeito às diretrizes oficiais de ensino. Se for esse o caso, e se você considerar que, em outros aspectos, o LD faz um bom trabalho e merece ser utilizado, então caberá a você elaborar por conta própria uma boa abordagem dos fenômenos de variação. (BAGNO, 2007, p. 125-126)

Ressalta-se que, embora o ideal seja que o livro didático aborde a variação linguística, a orientação dada ao professor é que, caso perceba essa importante lacuna e ainda assim deseje adotar o livro, assuma a responsabilidade de elaborar, ele próprio, um material complementar com abordagem adequada acerca do tema, a fim de suprir a deficiência do livro didático.

Por outro lado, há livros didáticos de língua portuguesa que, mesmo abordando a variação linguística, limitam-se a relacioná-la erradamente à fala de diferentes regiões, de moradores da zona rural ou de pessoas não escolarizadas, como se não houvesse variação linguística na fala de pessoas escolarizadas e da zona urbana.

Um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como

sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais “correto”, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007, p. 120)

Essa abordagem superficial e incoerente da variação linguística encontrada em alguns livros didáticos acaba se restringindo apenas a uma visão folclórica da variação geográfica e ignora totalmente a existência da variação social, contribuindo para a manutenção do preconceito linguístico, que, ao discriminar o modo de falar dos indivíduos dos estratos sociais mais baixos, atua como um agente perverso de exclusão social.

Os livros didáticos têm dado um tratamento muito superficial ao tema, no mais das vezes limitado à apresentação, algo folclórico, da variação geográfica ou um tanto quanto estereotipada das falas rurais. Os livros deixam de fora a variação social, que é de fato, a verdadeira questão a ser enfrentada, já que é ela que serve de critério para os gestos de discriminação dos falantes e de violência simbólica. (FARACO, 2015, p. 20)

Em virtude do prestígio social atribuído aos cidadãos urbanos mais letrados, os poucos livros didáticos que abordam a variação linguística tentam, segundo Bagno (2007), convencer o aluno de que o processo de variação não atinge as variedades urbanas, especialmente a fala dos segmentos mais escolarizados, utilizando erroneamente os termos “norma culta” (fala dos mais escolarizados) e “norma-padrão” (regras preconizadas pela gramática normativa) como sinônimos.

Por causa do prestígio socialmente conferido à fala dos cidadãos urbanos mais letrados, fica a ilusão de que eles se comportam linguisticamente de acordo com as prescrições da gramática normativa. Isso se revela na confusão terminológica entre “norma culta” e “norma-padrão”, tomadas como sinônimos, quando de fato não são, numa perspectiva científica rigorosa. (BAGNO, 2007, p. 129)

Tudo isso faz com que alguns livros didáticos, ainda que supostamente abordem a variação linguística, acabem reforçando o estereótipo equivocado e amplamente

difundido em nossa sociedade de que a variação linguística é sinônimo de “erro”. Infelizmente, dos livros didáticos que tratam da variação linguística, esses têm sido os mais adotados.

[...] os livros mais adotados são os que mais trabalham a variação linguística de modo mais estereotipado e anedótico, contribuindo para a manutenção do discurso sobre o certo e o errado em língua. Os livros menos adotados, por sua vez, são os que trabalham com a variação linguística de modo mais amplo e qualificado, não perdendo oportunidade de trabalhar a variação. (GONZÁLEZ, 2015, p. 226)

É importante lembrar que, ao propor atividades em que o aluno passe um exemplo de variação linguística para a norma culta, o livro didático, embora pareça estar tratando da variação linguística, acaba mesmo é disseminando, ainda que sutilmente, o preconceito linguístico. É preciso que esteja claro para o estudante que, como forma legítima de uso da língua, nenhuma variedade linguística precisa ser “corrigida”.

Essa é uma forma muito sutil de preconceito linguístico: abordar a variação linguística, mostrar que a língua é heterogênea para, no final, insistir na preservação de um modelo idealizado de língua, de um padrão normativo extremamente rígido e conservador. É a atitude que está presente nas atividades que mandam, por exemplo, “passar para a norma culta” a fala do Chico Bento, o samba do Adoniran Barbosa ou o poema de Patativa do Assaré, entre outras manifestações de linguagem não urbana ou não “cultas”. (BAGNO, 2007, p. 138-139)

Assim, é imprescindível esclarecer que o tratamento da variação linguística no livro didático não deve estar limitado apenas a estereótipos das variedades rurais ou regionais, mas precisa abordar o assunto a partir de variedades autênticas, sendo recomendado, inclusive, que o professor trabalhe, em sala de aula, com gravações e filmagens das diversas variedades linguísticas brasileiras, de modo que os alunos possam ter acesso a exemplos reais de variação.

Em vez de ficar recorrendo à já cansada listinha de palavras que variam de um lugar para outro ou à imitação grotesca dos sotaques,

a gente pode tentar conseguir filmagens ou gravações autênticas de falantes representantes das diversas variedades linguística brasileiras e explorá-las em sala de aula. [...] O mais importante de tudo é preservar, no ambiente escolar, o respeito pelas diferenças linguísticas, insistir que elas não são “erros” e até mesmo tentar, na medida do possível, mostrar que a lógica linguística delas. (BAGNO, 2007, p. 125)

Para além das incoerências teóricas já mencionadas, o tratamento da variação linguística pelos livros didáticos ainda enfrenta uma resistência de segmentos conservadores da nossa sociedade, os quais consideram, erroneamente, o reconhecimento da diversidade linguística brasileira prejudicial ao que julgam ser o único papel da escola no que tange à língua portuguesa, a saber, fazer com que os estudantes da educação básica saibam aplicar as regras da gramática normativa na fala e na escrita. Um exemplo claro disso foi a chamada polêmica do livro que “ensinava a falar errado”, desencadeada, em 2011, por conta de o livro didático *Por uma vida melhor*, distribuído pelo MEC para a Educação de Jovens e Adultos, tratar da variação linguística em um ou outro trecho.

As críticas se concentraram em uma passagem do livro que diz que o aluno poderia dizer “os livro”, sem aplicar a regra de concordância nominal, como é recorrente na fala popular, mas que ele deveria ficar “atento”, porque, “dependendo da situação”, poderia “ser vítima de preconceito linguístico”. Tal passagem foi repetida à exaustão para demonstrar que o MEC estava fazendo apologia da ignorância popular e privando as crianças mais necessitadas do ensino adequado de língua portuguesa. [...] Porém, bastava a leitura das três páginas iniciais do livro para ver que, longe de “ensinar errado”, o livro defendia textualmente o ensino da norma culta na escola e era, ele próprio, com seus exercícios de pontuação, concordância, ortografia etc., um instrumento adequado desse ensino. (LUCCHESI, 2011, p. 167)

Esse tipo de situação evidencia o desconhecimento da sociedade brasileira em relação aos estudos científicos sobre a realidade da língua, às razões históricas do preconceito linguístico que supervaloriza o padrão normativo em detrimento dos usos reais da língua e às atuais políticas públicas de ensino de língua materna. Não é à toa, portanto, que se exige do livro didático de língua portuguesa um tratamento adequado

da variação linguística, a fim de contemplar todos os aspectos teóricos que amparam essa discussão já tão controversa e, assim, diminuir ao máximo quaisquer argumentos contrários.

[...] o livro didático utilizado precisa abordar o assunto de maneira séria e comprometida com o processo de ensino/aprendizagem, fazendo com que os alunos possam compreender e reconhecer como legítimas quaisquer variedades linguísticas, inclusive as mais afastadas da norma-padrão preconizada pela gramática normativa, contribuindo, assim, para desfazer ou, ao menos, amenizar o latente preconceito linguístico que permeia nossa sociedade.. (SOUZA, 2013, p. 162)

Dessa forma, o que se espera é que o livro didático de língua portuguesa possibilite a professores e alunos o desenvolvimento de uma consciência linguística que os conduza a reconhecer e a respeitar as muitas variedades linguísticas que fazem parte da língua falada por eles. Assim sendo, um bom livro didático precisa evidenciar que as variedades linguísticas devem se adequar à situação comunicativa, sendo necessário levar em consideração seus interlocutores e avaliar a adequação ou inadequação de determinados registros em diferentes situações comunicativas.

4. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO QUANTO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

O livro didático plenamente adequado ao ensino da variação linguística deve cumprir, de acordo com Bagno (2007), dez importantes critérios: (i) tratar da variação linguística ao menos em algum trecho do livro; (ii) mencionar, em algum momento, a pluralidade de línguas existentes no Brasil; (iii) não limitar o tratamento da variação linguística às variedades rurais e/ou regionais; (iv) demonstrar a existência de processos de variação também nas variedades prestigiadas; (v) diferenciar norma culta (uso real da língua) de norma-padrão (prescrição gramatical); (vi) não propor atividades que passem formas variantes para norma culta ou norma-padrão; (vii) não classificar as formas variantes que fogem ao padrão normativo usadas ao longo do livro em “certo” e “errado”; (viii) trazer exemplos de variação linguística tanto na fala quanto na escrita;

(ix) abordar a variação morfossintática, não se restringindo ao sotaque e ao léxico; (x) apresentar a variação linguística como o prenúncio de uma possível mudança linguística.

Considerando tais critérios, foi realizada uma análise contrastiva acerca do tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa*, de Tânia Amaral Oliveira e Lucy Aparecida Melo Araújo, e *Língua Portuguesa em Contexto*, de Lécio Cordeiro, ambos do 9º ano do ensino fundamental, sendo o primeiro utilizado em uma escola pública do município de Lafaiete Coutinho/BA e o segundo utilizado em uma escola particular do município de Jequié/BA.

Quanto ao primeiro critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa*, embora apresente, em cada um dos oito capítulos, duas seções que tratem de aspectos linguísticos, “Linguagem do texto” e “Reflexões sobre o uso da língua”, só menciona claramente a existência de variação linguística em um único trecho, numa atividade de pesquisa sugerida aos estudantes acerca do “preconceito em relação ao modo de falar”.

Você sabia que muitas pessoas sofrem preconceito em relação ao modo de falar? Para saber mais e divulgar para sua turma, você vai pesquisar as diferentes variações do português oral do Brasil e seus dialetos, e criar um vídeo-minuto para divulgar os dados de sua pesquisa. [...] Com a ajuda do professor, realize uma pesquisa na internet sobre as diferentes variações linguísticas e apresente exemplos dos diferentes falares e dialetos do português oral brasileiro. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 178-179)

Em outros trechos do livro, porém, há apenas informações que sugerem, sem qualquer menção direta, alguma relação dos conteúdos estudados com processos de variação linguística, ficando, portanto, exclusivamente a critério do professor trazer – ou não – explicações complementares que conduzam os estudantes à identificação da variação linguística em vários aspectos da língua, ao reconhecimento de que as formas variantes que se afastam do padrão normativo também são formas legítimas de uso da língua e à valorização da diversidade linguística brasileira como um patrimônio cultural.

Quais expressões populares, nascidas na tradição oral, você pode identificar no texto? Há alguma palavra ou expressão antiga cujo significado você já conhecia? Que palavra você achou mais interessante conhecer? Qual lhe parece mais estranha ou mais engraçada? [...] De que maneira o texto mostra os diferentes usos correspondentes à palavra “cinema”? (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 61)

Língua Portuguesa em Contexto, por sua vez, aborda a variação linguística ao longo de todo o livro, uma vez que o compêndio, subdividido em oito capítulos, tem em cada um deles uma seção denominada “Análise Linguística”, na qual são explicadas regras da gramática normativa e mencionadas algumas situações de uso cotidiano – e legítimo – da língua que se afastam dessas regras.

Na prática, o relativo **cujo** está caindo em desuso. Mesmo em situações de comunicação formal, ele praticamente não é utilizado. Em seu lugar, normalmente empregamos o **que**. Embora esse uso seja extremamente cotidiano, a gramática normativa ainda o condena, explicando que o relativo **que** não expressa relação de posse. Portanto, de acordo com a gramática normativa, são inadequadas construções como “Prefiro comidas que o tempero é leve” ou “Admiro artistas que a personalidade não muda com a fama”. (CORDEIRO, 2019, p. 110) [grifo do autor]

Quanto ao segundo critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa*, como aborda a variação linguística muito superficialmente, não menciona, em momento algum, a pluralidade de línguas existente em território brasileiro. Da mesma forma, *Língua Portuguesa em Contexto*, embora registre diversos exemplos da variação linguística presente no uso cotidiano da língua portuguesa falada no Brasil, não menciona a existência de diversas outras línguas em território brasileiro, ignorando a forte influência que essas línguas tiveram – e ainda têm – para o surgimento dos processos de variação linguística apontados pelo livro.

Quanto ao terceiro critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa*, embora faça apenas alusão a situações de uso da língua que o professor pode ou não relacionar à variação linguística, não sugere que os processos de variação estejam vinculados exclusivamente às variedades rurais e/ou regionais, trazendo, ao longo do livro,

informações que podem ser associadas à variação diacrônica (diferença entre palavras ou expressões utilizadas no passado e no presente), à variação geográfica (diferença entre palavras ou expressões do português brasileiro e do português europeu), à variação estilística (diferença entre palavras ou expressões utilizadas em contextos de formalidade e em contextos de informalidade) e à variação de registro (diferença entre palavras ou expressões utilizadas na escrita e na fala).

A linguagem usada na crônica é mais formal ou mais informal? Por que o autor faz esse uso? Pode-se afirmar que as palavras destacadas são gírias ou expressões populares da época? Explique. Alguma delas permanece em uso até hoje? Que outras gírias são usadas com o mesmo significado? Explique. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 159)

Língua Portuguesa em Contexto, que trata da variação linguística de maneira mais clara, também não apresenta exemplos relacionados exclusivamente às variedades rurais e/ou regionais, abordando aspectos mais gerais da variação linguística, inclusive os que dizem respeito às variedades urbanas e principalmente aqueles relacionados a situações comunicativas menos formais.

Em situações informais, o verbo **assistir** é usado normalmente como transitivo direto (assisti o jogo), mas isso ainda é condenado por muitos gramáticos. Assim, em situações formais, é mais adequado empregá-lo de maneira indireta, acompanhado da preposição **a** (assisti ao jogo). (CORDEIRO, 2019, p. 245) [grifo do autor]

Quanto ao quarto critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa* traz uma abordagem muito superficial acerca da variação linguística e, por isso mesmo, não faz qualquer menção que remeta à existência de processos de variação também nas variedades prestigiadas. Por outro lado, *Língua Portuguesa em Contexto*, ao tratar da variação linguística de forma mais aprofundada, evidencia a existência de processos de variação também na fala dos usuários das variedades prestigiadas (pessoas mais escolarizadas e com maior poder aquisitivo), contribuindo, assim, para que o estudante possa se desfazer do preconceito linguístico amparado na falsa ideia de que só existe

variação na fala dos usuários das variedades estigmatizadas (pessoas pouco escolarizadas e com menor poder aquisitivo).

Segundo a norma-padrão, o texto verbal acima apresenta um erro quanto à regência nominal: em vez de “Não tenho medo que o mundo acabe em 2012”, o adequado seria “Não tenho medo **de** que o mundo acabe em 2012”. Entretanto, em outras variedades linguísticas, inclusive naquelas utilizadas por pessoas escolarizadas e com curso superior, é comum que as preposições requeridas por nomes (como **medo**, que pede a preposição **de**) sejam omitidas nas orações subordinadas que os complementam. (CORDEIRO, 2019, p. 249) [grifo do autor]

Quanto ao quinto critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa* não utiliza, em momento algum, o termo “norma culta”, fazendo sempre menção à “norma-padrão” ou à “gramática normativa”. Já *Língua Portuguesa em Contexto*, embora mencione que as pessoas escolarizadas e com curso superior (usuários da norma culta) nem sempre cumprem as regras preconizadas pela norma-padrão, não diferencia claramente norma culta de norma-padrão, uma vez que utiliza, principalmente nas atividades denominadas “Prática Linguística” (seção presente em cada um dos oito capítulos), as expressões “norma culta” e “língua culta” como sinônimas de norma-padrão.

Na **norma culta**, costumamos separar os adjuntos adverbiais deslocados por meio de vírgulas. [...] Assinale a alternativa correta quanto às normas de concordância da **língua culta**. [...] Os dois pronomes destacados podem ser grafados enclíticos ao verbo, respeitando-se a **norma culta**? Explique. (CORDEIRO, 2019, p. 178, 201, 267) [grifo nosso]

Quanto ao sexto critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa* não propõe atividades que passem formas variantes para norma culta ou norma-padrão, mas isso se dá não em função de uma abordagem adequada acerca do assunto e sim porque, ao invés de tratar da variação linguística de maneira clara, faz apenas alusão a situações de uso da língua que o professor pode ou não relacionar a processos de variação. *Língua Portuguesa em Contexto*, por sua vez, também não propõe atividades que passem formas variantes para norma culta ou norma-padrão, apenas chamando a atenção do

estudante quanto à necessidade de adequar o uso da língua ao grau de formalidade exigido pela situação comunicativa.

Muitas vezes as regras impostas pela gramática normativa não são seguidas pela gramática de usos, o que gera alguma confusão durante o estudo. Mas atenção: em situações formais procure se expressar de acordo com as regras da gramática normativa, para não ser alvo de preconceito linguístico, uma terrível forma de discriminação. (CORDEIRO, 2019, p. 215)

Quanto ao sétimo critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa* não faz qualquer menção a um juízo de valor que se possa atribuir às formas variantes que fogem ao padrão normativo. Já *Língua Portuguesa em Contexto*, ao tratar da variação linguística, não classifica as formas variantes que fogem ao padrão normativo, usadas ao longo do livro, em “certo” e “errado”, procurando, ao invés disso, explicar ao estudante a diferença entre a prescrição feita pela gramática normativa e a descrição feita pela gramática de usos.

Diferentemente da gramática normativa, a gramática de usos não determina o que é certo ou errado: ela busca apenas registrar as regras gramaticais que as pessoas seguem, sobretudo quando falam em **situações informais**, descontraídas. Não há aqui critérios como feio ou bonito, certo ou errado. Dessa forma, todos seguimos regras gramaticais quando falamos ou escrevemos, mas podemos usar gramáticas diferentes de acordo com a situação. Por exemplo: quem diz “os menino saiu” segue uma regra de concordância diferente de “os meninos saíram”. (CORDEIRO, 2019, p. 196) [grifo do autor]

Quanto ao oitavo critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa*, embora não aborde o assunto de forma clara, faz alusão à existência de variação linguística na escrita ao analisar a presença de marcas de oralidade em um poema.

Há autores que costumam usar marcas típicas da língua falada nos textos escritos, em diferentes situações: por exemplo, no registro do diálogo entre personagens, em que essas marcas são empregadas para tornar os diálogos literários mais parecidos com as falas reais. [...] Isso ocorre no verso do poema “Excursão”, em

que se lê: “Ô, Mariana, vê se me vê, pô, estou aqui”. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 85)

Língua Portuguesa em Contexto, por sua vez, apresenta exemplos de variação linguística tanto na fala quanto na escrita, demonstrando para o estudante que, ao contrário do que se pode imaginar, a variabilidade da língua não é uma característica exclusiva da fala espontânea, embora nela seja mais frequente, podendo ser notada, portanto, em qualquer modalidade de uso da língua e em qualquer grau de formalidade.

Embora a presença da preposição em “O país **com** que a gente sonha” e “O livro **de** que você discorda” seja imposta pela gramática normativa, ela vem sendo suprimida tanto na fala quanto na escrita, mesmo em situações formais, o que é considerado errado pela gramática normativa. Assim, é cada vez mais comum falarmos (e escrevermos) omitindo a preposição exigida pelo verbo e utilizando apenas o **que** como pronome relativo. (CORDEIRO, 2019, p. 111) [grifo do autor]

Quanto ao nono critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa* faz alusão quase que exclusivamente à variação lexical ao longo do livro, mencionando algo que pode ser relacionado à variação morfossintática apenas quando trata da colocação pronominal.

A colocação do pronome oblíquo átono após o verbo (ênclise) segue os ditames da norma-padrão da língua portuguesa, conforme herdada de Portugal. Porém, no uso cotidiano do português falado no Brasil, há uma preferência marcante pela próclise, ou seja, o uso do pronome antecedendo o verbo. Exemplos: “Me deixem decidir o meu futuro” e “Me dê apoio em minhas escolhas”. (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2018, p. 226)

Já *Língua Portuguesa em Contexto* aborda, de forma consistente, a variação morfossintática, apresentando exemplos de variação linguística na concordância verbal e nominal, na regência verbal e nominal, no uso dos pronomes pessoais e na colocação pronominal.

Na nossa comunicação diária, principalmente em situações informais, utilizamos bastante a expressão **a gente** em lugar do pronome **nós**, combinada com o verbo na **3ª pessoa do singular**.

Contudo, em situações formais, é mais adequado empregar o pronome **nós**, combinado com o verbo na **1ª pessoa do plural**. (CORDEIRO, 2019, p. 61) [grifo do autor]

Quanto ao décimo (e último) critério, *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa* não menciona, em momento algum, nada que remeta à relação existente entre variação e mudança linguística. Por outro lado, *Língua Portuguesa em Contexto*, ao tratar dos neologismos, fala de maneira superficial acerca da mudança linguística, sem relacioná-la, no entanto, à variação linguística.

Como qualquer outra língua natural, a língua portuguesa passa por um processo constante de mudança. Essas transformações são determinadas pela sociedade: se ela muda, a língua também muda. Por esse motivo, podemos dizer que as mudanças sociais se refletem na língua. Assim, ambas estão em constante diálogo. (CORDEIRO, 2019, p. 322)

Além disso, embora informe que a mesóclise ou o pronome relativo “cujo” estão em desuso no Brasil, o livro não explica que tal desuso estaria relacionado ao processo de variação e mudança linguística.

CONCLUSÃO

O caminho para se incluir, de fato, o ensino da variação linguística nas aulas de língua portuguesa, procedimento recomendado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela Base Nacional Comum Curricular, passa inevitavelmente pelo tratamento adequado desse assunto nos livros didáticos que servem de suporte a professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem. Na prática, porém, muitos livros didáticos de língua portuguesa, ao invés de serem ferramentas úteis a essa necessária inclusão, têm atuado como dificultadores do ensino da variação linguística, uma vez que invisibilizam esse assunto ou, quando o expõem, costumam apresentá-lo de forma superficial ou incoerente, havendo atualmente pouquíssimos deles que fazem uma abordagem considerada adequada.

A análise contrastiva dos livros *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa e Língua Portuguesa em Contexto*, ambos do 9º ano do ensino fundamental, evidencia nitidamente esses dois polos do tratamento dado à variação linguística no livro didático de língua portuguesa. De um lado, o primeiro livro, que, embora não invisibilize por completo o assunto, apresenta uma abordagem muito superficial, a qual se ampara apenas em informações sobre aspectos da língua que podem – ou não – ser relacionados pelo professor a processos de variação linguística, não cumprindo adequadamente nenhum dos dez critérios utilizados na análise. Do outro lado, o segundo livro, que, embora demonstre algumas poucas incoerências acerca do assunto, apresenta uma abordagem razoavelmente adequada, a qual se ampara em explicações claras sobre os processos de variação linguística em que os usos reais e legítimos da língua se afastam do padrão normativo, cumprindo adequadamente sete dos dez critérios utilizados na análise.

Os resultados da análise contrastiva desses dois livros didáticos apontam ainda para a existência de uma discrepância no grau de acesso dos estudantes da educação básica ao ensino adequado da variação linguística, uma vez *Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa*, utilizado na rede pública de ensino, restringe o acesso a uma abordagem muito superficial da variação linguística, ao passo que *Língua Portuguesa em Contexto*, utilizado na rede privada de ensino, permite o acesso a uma abordagem razoavelmente adequada da variação linguística. Se projetarmos esses resultados de maneira mais ampla, é possível deduzir que, muito provavelmente, cerca de 80% dos estudantes da educação básica² têm acesso, salvo raríssimas exceções, a livros didáticos inadequados ou superficiais no que tange à variação linguística.

Urge, portanto, que as diretrizes educacionais que tratam do ensino da variação linguística sejam levadas em consideração tanto na confecção quanto na escolha do livro didático de língua portuguesa. É imprescindível que editoras e autores estejam atentos à necessidade de, durante a confecção do livro, apresentarem aos estudantes, de

2 De acordo com o *Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2020*, divulgado pelo MEC, dos 47.874.246 estudantes brasileiros matriculados na educação básica no ano anterior, 38.739.461 eram da rede pública de ensino.



forma clara, didática e despida de preconceitos, os muitos processos de variação linguística que permeiam a língua portuguesa. De igual modo, é fundamental que escolas e professores estejam atentos à necessidade de, durante a escolha do livro, priorizar aquele que, dentre outros aspectos, aborda adequadamente a variação linguística, a fim de que, com esse importante suporte à atividade docente, os estudantes tenham uma maior possibilidade de reconhecer e valorizar a diversidade linguística brasileira.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2016.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 1998.
- CORDEIRO, Lécio. **Língua Portuguesa em Contexto: 9º ano do Ensino Fundamental.** 4 ed. Recife: Construir, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). **Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola, 2015, p. 19-30.
- GONZÁLEZ, César Augusto. Variação linguística em livros de português para o ensino médio. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Orgs.). **Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino.** São Paulo: Parábola, 2015, p. 225-245.
- LUCCHESI, Dante. Ciência ou dogma? O caso do livro do MEC e o ensino de língua portuguesa no Brasil. **Revista Letras,** Curitiba, v. 1, n. 83, p. 163-187, 2011.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia “**O português são dois...**”: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004.
- OLIVEIRA, Tânia Amaral; ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. **Tecendo Linguagens – Língua Portuguesa: 9º ano do Ensino Fundamental.** 5 ed. Barueri: IBEP, 2018.

SILVA, Myrian Barbosa da. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 253-265.

SOUZA, Jurgen Alves de. Do professor ao livro didático: alguns entraves para a inclusão da variação linguística na sala de aula. **Web-Revista Sociodialeto**, v. 4, n. 11, p. 148-163, 2013.

Recebido Para Publicação em 01 de julho de 2020.
Aprovado Para Publicação em 30 de julho de 2020.